

INFÂNCIA, POBREZA E DESIGUALDADE NO BRASIL: TRAJETÓRIAS ESCOLARES SOB A PERSPECTIVA DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA

Maria de Fatima da Silva Freire¹; Kelly Cristina Lobo da Cunha²; Victória Camila Farias de Medeiros³; Profa. Dra. Débora Maria do Nascimento⁴;

¹ Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), São Miguel – RN, Brasil. E-mail: Fatinhafreire128@gmail.com

² Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Doutor Severiano – RN, Brasil E-mail: Kelly20240007415@alu.uern.br

³Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pau dos Ferros – RN, Brasil. E-mail: Victoria20240015981@alu.uern.br

⁴Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Pau dos Ferros – RN, Brasil. E-mail: deboramaria@uern.br;

Introdução

A infância não pode ser compreendida como uma etapa natural, homogênea e universal da vida humana. Trata-se de uma construção histórica, social e cultural, cujos significados variam conforme os contextos econômicos, políticos e sociais. Nessa perspectiva, Qvortrup (2004) defende a infância como uma categoria estrutural da sociedade, cuja organização se modifica historicamente de acordo com as transformações sociais mais amplas.

Ao longo da história, a posição ocupada pelas crianças na sociedade foi marcada por disputas, mudanças culturais e transformações nas formas de organização familiar e escolar. Durante muitos séculos, a criança foi vista como um sujeito incompleto, sem voz própria e subordinado integralmente ao mundo adulto. Ariès (1981), ao analisar a Europa pré-moderna, demonstra que a infância nem sempre foi reconhecida como uma fase distinta da vida, sendo a criança frequentemente tratada como um “adulto em miniatura”.

No contexto brasileiro, essa realidade apresenta contornos ainda mais complexos, uma vez que a infância é atravessada por desigualdades históricas relacionadas à pobreza, à exclusão social, ao racismo e à precarização das condições de vida. Embora a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente tenham representado importantes avanços legais na garantia dos direitos das crianças, milhões delas ainda vivenciam situações de vulnerabilidade que comprometem o acesso à educação, à saúde, à alimentação e à proteção social.

A Sociologia da Infância contribui significativamente para esse debate ao reconhecer as crianças como sujeitos históricos, sociais e produtores de cultura. Autores como Sarmiento e Corsaro defendem que as crianças não apenas reproduzem a cultura adulta, mas também constroem sentidos, estabelecem relações e desenvolvem formas próprias de interpretar o mundo. Essa perspectiva rompe com a visão tradicional que reduz a infância a uma etapa passiva do desenvolvimento humano.

Entretanto, apesar dos avanços teóricos e legais, ainda existe uma lacuna importante na literatura acerca da relação entre pobreza e trajetória escolar sob a perspectiva da Sociologia da Infância. Muitas análises priorizam aspectos econômicos ou pedagógicos, mas nem sempre consideram as crianças como sujeitos que vivenciam e interpretam as desigualdades presentes em seu cotidiano.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é analisar como fatores socioeconômicos, especialmente a pobreza, moldam as trajetórias escolares das crianças brasileiras, com foco no período posterior à Constituição Federal de 1988, evidenciando os impactos das desigualdades sociais sobre o acesso, a permanência e o desempenho escolar.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e exploratória, desenvolvida com o objetivo de compreender como a pobreza interfere nas trajetórias escolares de crianças brasileiras. A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2025, por meio do levantamento de livros, artigos científicos, documentos legais e dados estatísticos relacionados à infância, desigualdade social e educação.

O referencial teórico reúne autores como Ariès (1981), Qvortrup (2004), Saviani (2008), Freire (1987; 1996), Bakhtin (2004) e Soares (2017), além de documentos legais, como a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Também foram utilizados dados do IBGE e da PNAD Contínua (2022).

O procedimento analítico adotado foi a análise histórico-sociológica com abordagem temática, buscando compreender como fatores econômicos e sociais influenciam as trajetórias escolares de crianças em situação de vulnerabilidade.

Resultados e Discussão

As análises evidenciam que a pobreza constitui um dos principais fatores que interferem nas trajetórias escolares das crianças brasileiras. As desigualdades sociais não se limitam à ausência de renda, mas envolvem dificuldades de acesso à alimentação, moradia, saúde, transporte e materiais escolares, afetando diretamente o desenvolvimento infantil e o desempenho educacional.

Segundo dados da PNAD Contínua (2022), aproximadamente 17,6 milhões de crianças brasileiras vivem em situação de pobreza. Esse cenário compromete funções cognitivas importantes, como atenção, memória, concentração e linguagem, repercutindo em baixo rendimento, atraso na alfabetização e maior risco de evasão escolar.

As dificuldades enfrentadas por crianças em situação de vulnerabilidade tornam-se perceptíveis no cotidiano escolar por meio da ausência de materiais básicos, faltas recorrentes, insegurança alimentar e limitação de acesso a livros, internet e equipamentos tecnológicos. Além disso, crianças negras, indígenas e residentes em territórios periféricos tendem a enfrentar maiores barreiras de acesso e permanência na escola, demonstrando que a pobreza se articula a outros marcadores sociais, como raça e exclusão territorial.

A pandemia de Covid-19 agravou ainda mais essas desigualdades, sobretudo entre crianças que não tiveram acesso adequado à internet e aos recursos tecnológicos durante o ensino remoto, ampliando prejuízos no processo de alfabetização e aprendizagem.

Sob a perspectiva da Sociologia da Infância, é importante reconhecer que as crianças não são apenas vítimas passivas dessas desigualdades. Conforme defendem Corsaro e Sarmento, elas interpretam, ressignificam e respondem às condições impostas pelo meio social, desenvolvendo formas próprias de participação e resistência.

Bakhtin (2004) e Soares (2017) contribuem para compreender que as desigualdades linguísticas também interferem no desempenho escolar, exigindo práticas pedagógicas que ampliem o acesso ao letramento. Saviani (2008) e Freire (1987; 1996) reforçam o papel da escola como espaço de acolhimento, transformação social e garantia de direitos.

Nesse contexto, práticas como escuta ativa, projetos de leitura, fortalecimento dos vínculos entre escola e família e ações de busca ativa escolar podem contribuir para minimizar os efeitos da desigualdade e favorecer a permanência dos estudantes na escola.

Conclusões

Este estudo analisou como a pobreza molda as trajetórias escolares de crianças brasileiras, evidenciando que as desigualdades sociais impactam diretamente o acesso, a permanência e o desempenho escolar.

A precariedade das condições de vida, a insegurança alimentar e a ausência de recursos pedagógicos aumentam os riscos de atraso escolar, dificuldades de aprendizagem e evasão. Além disso, a pobreza se articula a outros fatores, como raça e exclusão territorial, aprofundando as desigualdades educacionais.

Defende-se a necessidade de políticas públicas intersetoriais que articulem educação, assistência social, saúde e segurança alimentar, bem como práticas pedagógicas inclusivas que garantam condições efetivas de aprendizagem. Garantir o direito à infância implica assegurar que nenhuma criança tenha seu futuro determinado pela pobreza.

Por fim, destaca-se como limitação deste estudo a ausência de pesquisa de campo, embora a análise bibliográfica contribua para ampliar o debate sobre infância, pobreza e desigualdade educacional no Brasil.

Palavras-Chave: Educação básica; vulnerabilidade social; exclusão escolar; desenvolvimento infantil; equidade educacional.

Referências Bibliográficas

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, Valentin. Marxismo e filosofia da linguagem. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

CORSARO, William A. Sociologia da infância. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

COSTA, Mávia Matias; FREIRE, Juciley Silva Evangelista. Concepções de infância e criança: da criança invisível ao direito à educação infantil no contexto das políticas curriculares no Brasil. *Práxis Educacional, Vitória da Conquista*, v. 13, n. 24, p. 79–106, 2017.

FERNANDES, Florestan. As “trocinhas” do Bom Retiro: contribuição ao estudo da cultura infantil. São Paulo: Hucitec, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): rendimento de todas as fontes. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KUHLMANN JR., Moysés. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2005.

MARCHI, Rita de Cássia; EVANGELISTA, Nislândia Santos. Sociologia da infância e o conceito de culturas infantis: aspectos e implicações teóricas. Revista Eletrônica de Educação, São Carlos, v. 8, n. 2, p. 134–151, 2014.

NÚCLEO CIÊNCIA PELA INFÂNCIA (NCPI). Impactos da desigualdade na primeira infância. São Paulo: NCPI, 2022. Disponível em: <<https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2024/08/Impactos-da-desigualdade-na-primeira-infancia.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2025.

QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. In: CASTRO, Lucia Rabello de (org.). Infância e adolescência na cultura contemporânea. Rio de Janeiro: NAU, 2004. p. 101–124.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (orgs.). Estudos da infância: educação e práticas sociais. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 15–34.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 13. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2017.